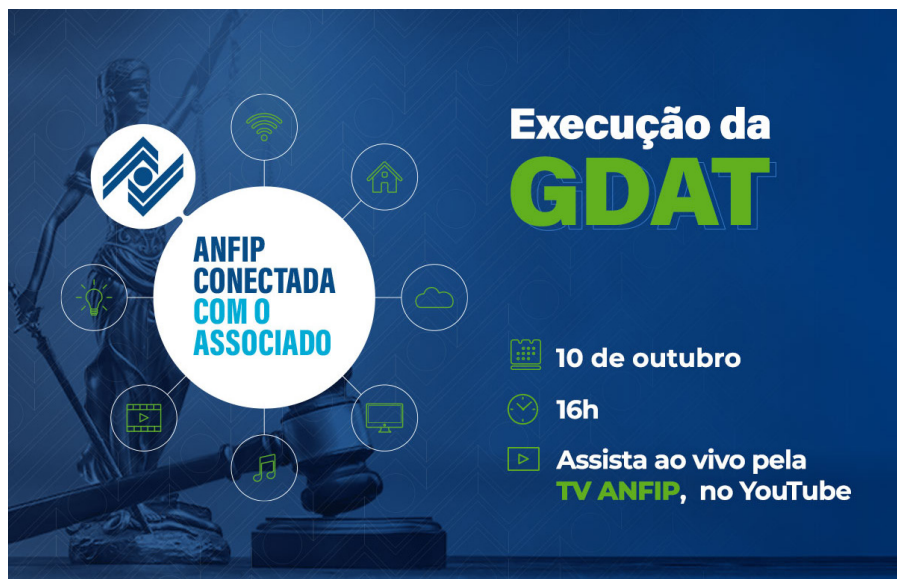


ANFIP Conectada: Live explica trânsito em julgado da execução da GDAT



Tendo em vista o trânsito em julgado da Gratificação por Desempenho de Atividade Tributária (GDAT), a ANFIP realiza live, dia

10 de outubro, às 16h, para informar como funcionará a liberação dos valores que estão bloqueados desde 2018. A live será feita pela TV ANFIP.

Acesse o [canal](#), inscreva-se e ative o sino para receber as notificações de conteúdo.

Portaria publicada pela juíza federal da 20ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal definiu que o desbloqueio será por etapas, dividindo os beneficiários em 5 grupos, sendo a ordem de prioridade a seguinte:

- Prioridade 1 - Apenas processos com todos os titulares vivos
- Prioridade 2 - Titulares vivos nos demais processos
- Prioridade 3 - Pensionistas
- Prioridade 4 - Sucessores já habilitados
- Prioridade 5 - Falecidos sem habilitação

Assim, no mês de outubro, somente aqueles processos com todos os titulares vivos serão desbloqueados. A listagem se encontra na [página restrita](#), com as respectivas datas de desbloqueio.

I Encontro do Norte: Garanta sua participação em mais um grande evento da ANFIP

A ANFIP prepara mais um grande evento voltado para a confraternização e reencontro de amigos, colegas de carreira e familiares. É o I Encontro do Norte dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, idealizado juntamente com as Estaduais e Representações do Amazonas (AM), Pará (PA), Acre (AC), Roraima (RR), Rondônia (RO), Amapá (AP) e Tocantins (TO). Já marque na agenda, será de 6 a 8 de novembro, no complexo turístico e cultural Estação das Docas, antigo porto localizado às margens da Baía do Guajará, que banha a cidade de Belém.

Clique [aqui](#) para se inscrever.

A Região Norte espera por vocês para este momento especial! Em breve estará disponível o hotsite com a programação e sugestões de hospedagem, passagem e passeios. Participe!



ANFIP lança Análise da Seguridade Social no Senado Federal
PÁGINA 2

ANFIP recebe deputado para discutir pautas de interesse da categoria
PÁGINA 3

ANFIP comemora 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa
PÁGINA 6

ANFIP lança Análise da Seguridade Social no Senado Federal



A ANFIP lançou oficialmente, dia 5 de outubro, a 23ª edição da Análise da Seguridade Social, em sessão promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. Além do presidente Vilson Romero e do vice-presidente de Assuntos Fiscais, Crésio Pereira de Freitas, o lançamento contou com a participação de especialistas em previdência e membros da sociedade civil interessados na questão previdenciária do país, com a coordenação dos trabalhos feita pelo senador Paulo Paim (PT/RS), presidente da CDH.

Um dos destaques da publicação é o levantamento dos impactos sociais decorrentes da renúncia fiscal permitida aos setores produtivos no último ano. O montante abdicado ultrapassa os R\$ 240 bilhões. O estudo também aborda aspectos cruciais do sistema previdenciário, incluindo aposentadorias, pensões e benefícios sociais, avaliando seu impacto nos direitos humanos e na qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Vilson Romero, ao fazer uma síntese dos dados, destacou a importância do estudo no contexto atual do país. Ele enfatizou que a análise é uma ferramenta valiosa para orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas

relacionadas à previdência social. “A ANFIP traz essa contribuição para a sociedade, para o Parlamento, para a academia e para todos aqueles que analisam e estudam as políticas públicas. A mais importante política pública do Brasil está sob esse guarda-chuva da Seguridade Social e do seu orçamento”, explicou o presidente.

Crésio de Freitas abordou a questão da sustentabilidade do sistema previdenciário e os desafios enfrentados na gestão dos recursos destinados à previdência social. “Hoje a gente vê um verdadeiro ataque aos cofres da previdência social. Têm parlamentares e agentes econômicos que acham que a previdência social é um saco sem fundo. E não é. Apesar de todas as críticas ao sistema, é o maior programa de proteção social do mundo ocidental. Então, nós devemos mantê-lo e preservá-lo”, pontuou.

Luiz Alberto dos Santos, consultor legislativo do Senado, destacou a importância do trabalho da ANFIP, ao editar a publicação, no sentido de reunir dados sobre o sistema de Seguridade Social brasileiro. “Essa verdade que, muitas vezes, é ocultada por governos neoliberais, na intenção de reduzir gastos sociais”, alertou. Ele lembrou ainda que as inúmeras

reformas na previdência social, feitas desde a Constituição Federal de 1988, que completou 35 anos, geraram a destruição da proteção social.

Flávio Tonelli Vaz, assessor técnico da Câmara dos Deputados e integrante da equipe que produz a Análise da Seguridade Social, revelou a dificuldade do acesso aos dados do sistema, da falta de transparência dos números reais, das medidas adotadas pelo governo em 2022, e disse que é fundamental reconstruir a Seguridade Social. Outro problema apontado pelo especialista foi o baixo crescimento econômico vivido pelo Brasil na última década, com estagnação econômica e precarização do trabalho.

Também participaram do lançamento e apresentaram suas avaliações sobre o sistema de Seguridade Social brasileiro, o presidente do Mosap, Edison Haubert; o advogado e presidente do IBDPREV, Diego Cherulli; o secretário-geral da Cobap, Luiz Iegñani; e o diretor da Federação de Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal, Edmilson Gomes da Silva.

Assista [aqui](#) ao evento completo, transmitido pela TV Senado. Baixe [aqui](#) a versão digital do livro Análise da Seguridade Social 2022.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **LINHA DIRETA** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Editoração eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP defende convocação de excedentes do concurso de Auditor da RFB



Fortalecer a administração tributária traz importantes benefícios para a sociedade, fortalece a capacidade de fiscalização, de arrecadação e contribui para o equilíbrio das contas públicas. Por estes motivos, a ANFIP defende a convocação de todos os excedentes aprovados no último concurso público para o cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB), ocorrido em 2023.

Em apoio às tratativas para a nomeação dos excedentes, os vice-presidentes de Assuntos Fiscais, Crésio Pereira de Freitas, e de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, se reuniram com a Comissão

dos Aprovados, dia 4 de outubro, na sede da ANFIP, em Brasília. “É também de nosso interesse que os aprovados sejam chamados, porque o quadro da carreira precisa ser fortalecido e, inclusive, isso pode ajudar o governo a atingir a meta de déficit zero pretendida para o próximo ano”, ressaltou Crésio de Freitas.

A ANFIP também levou o assunto ao Ministério da Fazenda (MF). A reunião foi solicitada a fim de reforçar a importância da convocação dos excedentes.

Crésio de Freitas e a deputada federal Erika Kokay (PT/DF), que também esteve presente, lembraram

que a economia brasileira está enfrentando desafios para financiar programas sociais e que, com a convocação dos excedentes, a Receita Federal terá um reforço importante em suas fileiras, o que poderia resultar em um aumento significativo na arrecadação de impostos.

A reunião contou ainda com a participação do subsecretário de Gestão Corporativa da RFB (Sucor), Juliano Brito da Justa Neves; do coordenador-geral de Gestão de Pessoa (Cogep), Marcelo Nascimento Araújo; e da chefe da Assessoria Parlamentar do MF, Marília Tagliari. Na oportunidade, os representantes da RFB afirmaram que a instituição tem interesse em retomar as tratativas para nomeação dos excedentes a partir de janeiro de 2024.

A ANFIP segue apoiando a Comissão dos Aprovados e buscará alternativas para a resolução desta demanda junto ao Congresso Nacional, a fim de que seja garantido espaço orçamentário na LDO 2024.

ANFIP recebe deputado para discutir pautas de interesse da categoria

O presidente Vilson Romero e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, receberam, dia 4 de outubro, o deputado federal Heitor Schuch (PSB/RS) e sua equipe na sede da ANFIP, em Brasília.

Schuch, que é presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) da Câmara dos Deputados, apresentou preocupações e dúvidas sobre o futuro da previdência social no Brasil e a arrecadação dos estados, em queda desde 2022.

Ao concordar com a urgência dos temas, Vilson Romero chamou a atenção para o aumento da população com idade avançada no país – que era de 11,3% em 2012, e hoje representa 15,1% – e afirmou que, se não houver mudanças para equilibrar as contas públicas e recompor o orçamento da Seguridade Social, em pouco tempo “a previdência vai se transformar num programa de renda mínima”, sem fontes eficientes de financiamento.

Outro problema apontado pelo presidente foi a guerra fiscal no sistema brasileiro e os efeitos sociais alarmantes das chamadas renúncias tributárias, que englobam isenções, incentivos e desonerações fiscais a diversos setores produtivos, responsáveis por intensificar o desmonte de programas e ações públicas. “Já levamos os dados e estudos sobre o cenário para o Congresso. Sem medidas para acabar com a guerra fiscal, não teremos sucesso na reforma tributária”, lamentou.

Diante disso, Romero solicitou apoio do deputado em propostas de proteção aos aposentados e pensionistas, como a isenção de Imposto de Renda sobre gastos com medicamentos e



equipamentos indispensáveis à qualidade de vida da pessoa idosa; a criação de uma unidade gestora do RPPS da União; e a redução gradual das contribuições previdenciárias dos servidores públicos inativos, a partir dos 65 anos, prevista na PEC 555/2006.

O deputado agradeceu as contribuições da ANFIP e convocou os dirigentes para participarem de audiências públicas na CICS. “Debater nunca é demais. Além de defender as administrações tributárias, precisamos discutir os impactos das mudanças tributárias e da desoneração da folha sobre as políticas sociais, que envolvem saúde, previdência, assistência, educação e uma série de outras áreas, com a participação de representantes de classe e do governo federal para encontrar soluções e pensar caminhos para o futuro”, disse Romero, em resposta.

ANFIP coordena reunião da Frente do Serviço Público



O presidente Vilson Romero coordenou a reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, realizada dia 3 de outubro, na Câmara dos Deputados, em Brasília, para tratar de ações para barrar a PEC 32/20, da reforma administrativa, e retrocessos na administração pública.

Também participaram da mesa, o presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo, que orientou sobre a mobilização dos servidores; e o consultor Vladimir Nepomuceno, que analisou a conjuntura e as últimas informações sobre a PEC no atual governo, que foram desmentidas por nota de

esclarecimento do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), acerca da fusão de carreiras e da contratação celetista para a administração direta.

Na nota, divulgada pela Secretaria Extraordinária de Transformação do Estado, do MGI, o órgão “esclarece que não há proposta de ‘regra de transição’ de carreiras atuais. Também não há projeto de contratação de funcionários celetistas para a administração direta”. Leia [aqui](#) a íntegra.

Em declaração à imprensa, a ministra Esther Dweck também disse que o governo não tem prazo definido para começar a discutir a reforma administrativa e que a pasta não pretende trabalhar com a PEC 32. “Nosso ministério foi criado para discutir não a reforma administrativa no âmbito da PEC 32, mas para uma transformação do Estado, para ter Estado mais ágil, mais eficiente”, afirmou Dweck.

A reunião da Frente também contou com a presença da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), como uma das lideranças parlamentares do movimento, e de inúmeras lideranças associativas e sindicais, entre elas José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor; e Antonio Carlos Fernandes Jr., presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate).

Entidades cobram diálogo do governo sobre mudanças na administração pública

O Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP é integrante, criticou a falta de diálogo do governo com as entidades representativas de servidores, especialmente quando há instalada uma Mesa Nacional de Negociação Permanente.

O descontentamento se dá em virtude de declarações feitas ao jornal O Globo do dia 2 de outubro pelo secretário extraordinário para a Transformação do Estado, Francisco Gaetani, do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), sobre proposta de reforma administrativa que está sendo elaborada pelo governo.

A proposta, conforme anunciou Gaetani, prevê a diminuição do número de carreiras do serviço público federal, a redução do salário inicial dos novos servidores concursados, a contratação com carteira assinada na administração indireta federal (como estatais, autarquias e fundações), contrato temporário no setor público, entre

outras medidas. De acordo com o secretário, serão apresentados até cinco projetos de lei ao Congresso ainda neste ano.

Segundo o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, em declaração à imprensa, já foi reiteradamente solicitado ao MGI que “todas as alterações sejam objeto de diálogo com as entidades e que essas medidas sejam tratadas na Mesa de Negociação Permanente”. Marques diz ainda que não é possível repetir medidas autoritárias e unilaterais por parte da administração pública.

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, vê com preocupação a sequência de anúncios de medidas restritivas às carreiras do serviço público sem a devida interlocução no fórum adequado. A entidade segue atenta aos desdobramentos desta e de outras propostas que têm sido divulgadas sem nenhum debate com o funcionalismo.

ANFIP e centrais sindicais debatem participação no GT da negociação coletiva

O presidente Vilson Romero participou presencialmente de encontro, na Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), dia 4 de outubro, em Brasília, com diversas entidades de classe e centrais sindicais, como CUT, CTB, UGT, Pública, Intersindical e outras.

Na ocasião, os dirigentes discutiram as estratégias de atuação no [Grupo de Trabalho Interministerial](#) (GTI) que irá elaborar proposta de regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – sobre as relações de trabalho na administração pública. Os trabalhos do GTI serão coordenados pela Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

O grupo também cogitou a possibilidade de solicitar a abertura de uma nova mesa setorial para debater a regulamentação e liberação do mandato classista e,

principalmente, a reforma administrativa (PEC 32/2020), após rumores de que o governo poderia retomar a pauta na Câmara dos Deputados.



ANFIP acompanha audiências sobre reforma tributária e contribuição sindical no Senado

O presidente Wilson Romero esteve no Senado Federal, dia 3 de outubro, participando de audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o impacto da reforma tributária (PEC 45/2019) nos municípios.

Entre os convidados, estiveram representantes da Confederação Nacional dos Municípios e da Frente Nacional dos Prefeitos, que solicitaram a inclusão de medidas contra a



perda de arrecadação de prefeituras com a futura unificação de impostos, alegando que o modelo de gestão compartilhada e as mudanças no local de tributação poderiam levar a isso.

O debate contou ainda com a colaboração do diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, Rodrigo Octávio Orair, que esclareceu que, na esfera municipal, a unificação da base tributária entre bens e serviços, além da aplicação do princípio do destino, proporcionará uma redução substancial na desigualdade de receitas, com benefícios principalmente para as cidades mais pobres, sejam elas pequenas ou grandes. A sessão pode ser assistida [aqui](#).

Wilson Romero também marcou presença na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde está sendo analisado o PL 2.099/2023, que proíbe a cobrança de contribuição sindical a integrantes de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados. A discussão sobre a proposta, que tem relatório favorável do senador Rogério Marinho (PL/RN), foi transmitida [aqui](#).

Reforma Tributária 3S é defendida na Comissão de Assuntos Econômicos

Em continuidade aos debates sobre a reforma tributária (PEC 45/2019), o Senado Federal realizou, dia 4 de outubro, novas audiências públicas com a participação de representantes de diversos setores para abordar os impactos da matéria. Pela ANFIP, acompanharam as discussões os vice-presidentes Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários) e Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais).

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a Integrante do Grupo de Pesquisa de Tributação e Gênero da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Luiza Menezes, defendeu as sugestões da “Reforma Tributária 3S – Saudável, Solidária e Sustentável”, proposta por diversas organizações da sociedade civil, incluindo a ANFIP, e falou sobre as desigualdades na tributação brasileira.

Entidades como Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), entre outras, apresentaram suas visões sobre a reforma. Assista à íntegra [aqui](#).

Os dirigentes também estiveram na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi abordado o impacto da proposta no setor de serviços. O debate foi coordenado pelo senador Eduardo Braga (MDB/AM), relator da matéria. Veja o debate completo no canal da [TV Senado](#), no YouTube.

As audiências fazem parte do ciclo de debates temáticos, previsto no plano de trabalho do relator.

ANFIP integra comissão julgadora do Prêmio Nacional de Educação Fiscal

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participou de reunião, dia 3 de outubro, com os demais integrantes da Comissão Julgadora do Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2023 para selecionar projetos finalistas e definir os vencedores. A premiação é realizada pela Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e conta com patrocínio da ANFIP.

O prêmio busca valorizar projetos que abordem temas como a função social dos tributos, a qualidade dos gastos públicos e o acompanhamento do uso dos recursos. Neste ano, a premiação recebeu um total de 253 candidaturas, abrangendo projetos provenientes de escolas públicas, instituições, matérias de destaque na grande imprensa e projetos inovadores de tecnologia, representando 20 estados e o Distrito Federal.

Os vencedores do concurso serão anunciados no dia 31 de outubro, em cerimônia de premiação, que será realizada em Brasília.

Também participam da Comissão representantes do Ministério da Educação, da Receita Federal do Brasil, do



Tesouro Nacional, da Escola de Administração Pública, do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, entre outros, além de entidades representantes do fisco e empresas de comunicação parceiras.

ANFIP comemora 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa



O presidente Vilson Romero participou da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, dia 2 de outubro, para celebrar e debater os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003). A sessão foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS), que apresentou o projeto em 1997, quando ainda era deputado federal.

A ocasião contou com diversos convidados engajados na pauta, que reconheceram a importância da lei para os avanços significativos envolvendo a proteção das pessoas idosas no Brasil. No entanto, afirmaram que ainda há muito trabalho pela frente.

Apesar de garantir uma série de

direitos à população a partir dos 60 anos, como rapidez na restituição do Imposto de Renda, prioridade no julgamento de processos judiciais e proteção contra aumentos abusivos nos planos de saúde, há inúmeros problemas que atentam contra sua dignidade e que necessitam de atenção.

Entre eles, a desvalorização das aposentadorias e pensões, o superendividamento decorrente do crédito consignado e, principalmente, o idadismo estrutural – preconceito de idade que persiste não apenas na família e na sociedade, como também no próprio Estado, que enxerga equivocadamente como gasto, não como investimento, o dinheiro destinado a políticas públicas para os idosos.

Como parte da solução, os participantes defenderam a regulamentação da profissão de cuidadores de idosos, a promoção de debates públicos para conscientização e maior percepção da cidadania quanto às questões do envelhecimento e a ratificação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa (Projeto de Decreto Legislativo 863/2017), parada desde então no Congresso Nacional.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, estima-se que, em 2030, o Brasil já terá a 5ª maior população idosa do mundo e, em 2065, 33,9% da população terá 60 anos ou mais. Os dados são preocupantes e evidenciam a urgência do tema, que segue sendo uma das bandeiras da ANFIP.

ANFIP prestigia entrega de prêmio que reconhece ações de cidadania

A ANFIP, representada pelos vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), prestigiou, dia 5 de outubro, a entrega do Prêmio PNBE de Cidadania 2023, realizado em São Paulo. Também estiveram na solenidade a integrante do Conselho de Representantes da ANFIP São Paulo, Jamile Jabra Malke.

O prêmio teve como temáticas questões voltadas ao combate da desigualdade, desenvolvimento sustentável e educação, tendo sido premiada a educadora Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, do Ceará, como personalidade cidadã, e o projeto Tocando a Vida da Orquestra Sinfônica, de Ribeirão Preto, como entidade cidadã.

O PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais é uma entidade empresarial não corporativa de âmbito nacional, formada por empresários e empreendedores de todos os portes e ramos da atividade econômica, que lutam pelo fortalecimento



da cidadania e aprofundamento da democracia nas diversas instâncias da nação, pela ética na política e amplo exercício dos direitos da cidadania no Brasil, e pelo desenvolvimento econômico com justiça social e preservação ambiental.

AÇÃO FISCAL

Operação Fronteira RFB apreende mais de R\$ 25 milhões em produtos ilegais

A Operação Fronteira RFB, coordenada pela Receita Federal em parceria com vários órgãos de Segurança Pública do Paraná (PR) e do Mato Grosso do Sul (MS), apreendeu mais de R\$ 25 milhões em produtos introduzidos ilegalmente no país desde sua deflagração em 20 de setembro. A ação conjunta também já retirou de circulação cerca de 6 toneladas de drogas que estavam sendo transportadas nas estradas dos dois Estados.

Além da Receita Federal, participam da operação diversas instituições de segurança pública, fiscalização e defesa, como o Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Rodoviárias Estaduais do PR e MS, Polícia Militar e Polícia Civil. As instituições atuam em conjunto em rotas específicas provenientes do Paraguai e da Bolívia, desde Foz do Iguaçu (PR) até Corumbá (MS).

Em 29 de setembro, a Operação Fronteira RFB registrou duas apreensões significativas de maconha. Próximo a Dourados (MS), um caminhão com cerca de 4 toneladas da droga foi abordado pelos servidores públicos. Já na região de Maringá, dois veículos com cerca de 1,4 toneladas de maconha

foram apreendidos, e seus condutores presos em flagrante.

No total, já foram apreendidos mais de 80 veículos no âmbito da operação, e cerca de R\$ 25 milhões em mercadorias trazidas irregularmente do exterior. Os principais produtos introduzidos ilegalmente no país são os cigarros (incluindo os eletrônicos) e celulares.

A operação busca desarticular os grupos criminosos que praticam os crimes de contrabando e descaminho na fronteira com o Paraguai. O crime de contrabando consiste na promoção da entrada de produtos ilegais, tais como drogas, armas, medicamentos e cigarros sem a autorização dos órgãos anuentes.

Já o descaminho consiste na entrada de produtos que podem circular no país, porém sem o recolhimento dos impostos devidos, o que prejudica a indústria nacional e a concorrência justa entre os comerciantes brasileiros. Já foram presas 18 pessoas durante a operação, sendo 13 por contrabando e descaminho e cinco por tráfico de drogas.

Fonte: Receita Federal do Brasil

ESTADUAIS

MG: Comissão finaliza programação da quarta edição do seminário sobre RPPS

A Estadual da ANFIP em Minas Gerais (ANFIP-MG) promove no dia 13 de novembro, das 9h às 17h, na Assembleia Legislativa do estado, o seminário Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

O seminário é idealizado por ANFIP, Fenafim, Fenafiso e Pública Central do Servidor, com realização da ANFIP-MG, Sindifisco.MG, Delegacia Sindical de Belo Horizonte do Sindifisco Nacional, AFFEMG e Sinfisco BH.

Além de esclarecer as opções de aposentadoria aos servidores públicos, especialistas e autoridades darão orientações quanto à sustentabilidade atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e da Previdência Complementar (RPC) e esclarecerão os impactos decorrentes da Emenda Constitucional 103/19 (reforma da previdência), tanto para o funcionalismo quanto para as contas dos entes federados. Esta é a quarta edição do debate, que já foi realizado em Brasília, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Os interessados podem solicitar inscrição pelo e-mail rpps.mg@anfip.org.br.

Seminário

Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

Desafios e Perspectivas

13 de novembro - 9h às 17h

Assembleia Legislativa - MG
Belo Horizonte - MG

Inscrições pelo e-mail:
rpps.mg@anfip.org.br

Idealização:

ANFIP, FENAFIM, FENAFISO, PÚBLICA CENTRAL DO SERVIDOR

Realização:

ANFIP-MG, Sindifisco.MG, DELEGACIA SINDICAL DE BELO HORIZONTE (SINDIFISCO NACIONAL), AFFEMG, SINIFISCO BH

ANFIP-MG participa de lançamento do Estatuto da Pessoa Idosa em braile



O presidente da ANFIP-MG, Décio Bruno Lopes, prestigiou o lançamento do Estatuto da Pessoa Idosa em braile, dia 10 de outubro, em Belo Horizonte. Na ocasião, também foi disponibilizada uma versão em áudio-livro, no formato MP3. A iniciativa, intitulada Projeto Braile, é inédita no Brasil e foi pensada para facilitar o acesso do conteúdo a pessoas com deficiência visual.

O Projeto, promovido pela Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (RIAAM-Brasil), foi elaborado por uma equipe interdisciplinar de especialistas, com a consultoria e assessoria de Edson Antonio Ambrosio, portador de deficiência visual, técnico em informática e especialista em acessibilidade. "Este trabalho é a nossa

contribuição para um grupo especial de pessoas que não se beneficia da lei, justamente por não ter acesso ao Estatuto", explicou a presidente da RIAAM-Brasil, Maria Machado Cota.

Exemplares do kit, contendo a versão em braile e um pendrive com a gravação em áudio MP3 do Estatuto deverão ser entregues às bibliotecas do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal. Além disso, cerca de dez mil exemplares impressos foram distribuídos gratuitamente entre associados, colaboradores e parceiros; e entregues a institutos de cegos como o Instituto São Rafael, de Belo Horizonte; e o Benjamin Constant, do Rio de Janeiro, entre outros.

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Programa Amigos Chevrolet tem bônus para o mês das crianças

Pensando em comprar um carro novo? Aproveite os bônus do mês de outubro do Programa Amigos Chevrolet e garanta o seu carro e o de seus parentes de 1º grau (pais, filhos e cunhado).

Neste mês, tem ainda um turbo nos bônus dos veículos Cruze Sedan & Sport6 MY23 e Equinox MY22 e MY23. Em caso de dúvidas, entre em contato com o atendimento pelo e-mail atendimento@parceiroschevrolet.com.br.

Aproveite esta oportunidade!

QUEM DISSE QUE OS ADULTOS NÃO GANHAM PRESENTE NO MÊS DAS CRIANÇAS?	
MODELO	BÔNUS VIGENTE
ONIX MY23 E MY24	R\$ 1.500,00
ONIX PLUS MY23 E MY24	R\$ 1.500,00
CRUZE SEDAN & SPORT6 MY23	R\$ 4.500,00
SPIN (EXCETO R7Z) MY23 E MY24	R\$ 2.100,00
S10 MY22, MY23 E MY24	R\$ 4.500,00

MODELO	BÔNUS VIGENTE
TRAILBLAZER MY22, MY23 E MY24	R\$ 4.500,00
NOVO TRACKER MY23 E MY24	R\$ 2.100,00
CAMARO MY23	R\$ 4.500,00
EQUINOX MY22 E MY23	R\$ 4.500,00
NOVA MONTANA MY23 E MY24	R\$ 2.100,00

Os valores da tabela acima são válidos até 31/10/2023. Lembrando que o login e a senha são de uso pessoal e intransferível. Não compartilhe esses dados com terceiros e, caso ocorra essa situação, a GMB não se responsabilizará pelos prejuízos e equívocos causados. Caso tenha alguma dúvida, entre em contato pelo e-mail atendimento@parceiroschevrolet.com.br ou ramais de atendimento: (11) 4550-4179 e 4550-4178.



**CEN
ELEIÇÕES
2024-2025**

**Votação de 6 a 10 de novembro,
exclusivamente por meio eletrônico.
Participe!**

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300